

FINANCIAMENTO À PESQUISA CIENTÍFICA E PRÁTICAS DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS NA PROVÍNCIA DO NAMIBE, ANGOLA

Germano Rangel, Vivaz Bandeira**, Ana Paula Sarmento****

RESUMO

Em Angola, o financiamento destinado à pesquisa científica ainda é irrisório, o que contrasta com a exigência legal de produção científica para a avaliação e progressão na carreira de docentes universitários, cuja quantidade de publicações, de modo geral, continua abaixo do desejável. No entanto, ainda são escassos estudos que abordem a situação do financiamento e as práticas de pesquisa e publicação científicas dos docentes na província do Namibe. O objetivo deste artigo é analisar a situação do financiamento e as práticas de pesquisa dos docentes de duas importantes Instituições de Ensino Superior da referida província. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, na qual os dados foram coletados por um questionário eletrônico aplicado a uma amostra probabilística de 54 docentes da Universidade do Namibe e do Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo do Namibe. O tratamento dos dados foi realizado no pacote estatístico SPSS, com os resultados apresentados em gráficos. Os principais achados indicam que apenas 9,3% dos docentes são doutores; a grande maioria (71,7%) nunca recebeu financiamento para pesquisar; 64,2% afirmam que a falta de verbas os impede de realizar pesquisas institucionais; e, como consequência, 70,4% já conduziram pesquisas por iniciativa e com custos próprios. Além disso, 66,7% dos participantes nunca publicaram um artigo em um periódico científico. Conclui-se que a obrigação de pesquisar e publicar não é acompanhada pelo

* Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ULisboa). Docente da Universidade do Namibe (UNINBE) e investigador no Instituto de Ciências Sociais da ULisboa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8228-0066>. Correio eletrônico: germano.correia@ics.ulisboa.pt.

** Mestre em Gestão da Informação (Informação e Sociedade) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutorando em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ULisboa). Docente da Universidade Agostinho Neto (UAN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7538-4059>. Correio eletrônico: vivazb86@gmail.com.

*** Doutorada em Desenvolvimento Curricular pela Universidade de Granada (UGR). Docente da Universidade do Namibe (UNINBE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5888-4510>. Correio eletrônico: paulasarmiento18@yahoo.com.br.

necessário suporte financeiro, o que leva à reduzida produção científica. Portanto, é necessário um investimento mais robusto na formação avançada e capacitação contínua dos docentes, bem como o financiamento à pesquisa científica.

Palavras-chave: pesquisa científica; docente universitário; financiamento à pesquisa; publicação científica; Angola.

***FUNDING FOR SCIENTIFIC RESEARCH AND PRACTICES OF UNIVERSITY
LECTURERS IN NAMIBE PROVINCE, ANGOLA***

ABSTRACT

In Angola, funding for scientific research remains paltry, which contrasts with the legal requirement for scientific production for evaluation and career advancement of university faculty, whose publication output, in general, remains below the desirable level. However, studies addressing the funding situation and the scientific research and publication practices of faculty in Namibe province are still scarce. The objective of this article is to analyze the funding situation and the research practices of faculty at two major higher education institutions in that province. This is a quantitative study, in which data were collected through an electronic questionnaire administered to a probabilistic sample of 54 faculty members from the University of Namibe and the Gregório Semedo Polytechnic Institute of Namibe. Data processing was performed using the SPSS statistical package, with the results presented in graphs. The main findings indicate that only 9.3% of faculty members hold doctorates; the vast majority (71.7%) have never received research funding; 64.2% state that a lack of funding prevents them from conducting institutional research; and, consequently, 70.4% have already conducted research on their own initiative and at their own expense. Furthermore, 66.7% of participants have never published an article in a scientific journal. It can be concluded that the obligation to research and publish is not accompanied by the necessary financial support, which leads to reduced scientific production. Therefore, more robust investment in advanced training and ongoing development of faculty, as well as funding for scientific research, is necessary.

Keywords: scientific research; university teacher; research funding; scientific publication; Angola.

FINANCIAMIENTO DE LA INVESTIGACIÓN Y LA PRÁCTICA CIENTÍFICA DE DOCENTES UNIVERSITARIOS EN LA PROVINCIA DE NAMIBE, ANGOLA

RESUMEN

En Angola, la financiación de la investigación científica sigue siendo escasa, lo que contrasta con el requisito legal de producción científica para la evaluación y el desarrollo profesional del profesorado universitario, cuya producción de publicaciones, en general, se mantiene por debajo del nivel deseable. Sin embargo, los estudios que abordan la situación de la financiación y las prácticas de investigación y publicación científica del profesorado en la provincia de Namibe aún son escasos. El objetivo de este artículo es analizar la situación de la financiación y las prácticas de investigación del profesorado en dos importantes instituciones de educación superior de dicha provincia. Se trata de un estudio cuantitativo, en el que los datos se recopilaron mediante un cuestionario electrónico aplicado a una muestra probabilística de 54 profesores de la Universidad de Namibe y del Instituto Politécnico Gregório Semedo de Namibe. El procesamiento de los datos se realizó con el paquete estadístico SPSS, y los resultados se presentan en gráficos. Los principales hallazgos indican que solo el 9,3% del profesorado posee un doctorado; la gran mayoría (71,7%) nunca ha recibido financiación para investigación; el 64,2% afirma que la falta de financiación le impide realizar investigación institucional; y, en consecuencia, el 70,4% ya ha realizado investigación por iniciativa propia y a su propio cargo. Además, el 66,7 % de los participantes nunca ha publicado un artículo en una revista científica. Se puede concluir que la obligación de investigar y publicar no cuenta con el apoyo financiero necesario, lo que conlleva una reducción de la producción científica. Por lo tanto, es necesaria una mayor inversión en la formación avanzada y el desarrollo continuo del profesorado, así como en financiación para la investigación científica.

Palabras clave: investigación científica; profesor universitario; financiación de la investigación; publicación científica; Angola.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a pesquisa científica tem uma estreita ligação com a questão do financiamento. Porém, o maior ou menor investimento na investigação dependente das diferentes realidades social, política e económica. Porém, determinadas realidades pouco abordam sobre esta questão que se afigura determinante para o progresso da prática científica.

A pesquisa científica é uma atividade de produção e desenvolvimento de conhecimentos cientificamente validados. Esses conhecimentos são necessários para o fortalecimento das instituições económicas, políticas e culturais, ao mesmo tempo que contribuem para o desenvolvimento da sociedade como um todo (Caraça, 2001).

Durante muito tempo, as universidades foram vistas como centros exclusivos de desenvolvimento do conhecimento científico. Apesar da emergência de outras organizações voltadas à ciência, atualmente, as universidades ainda continuam sendo um lugar privilegiado da produção e circulação do conhecimento científico (Costa; Ávila; Mateus, 2002).

As tendências atuais da pesquisa científica têm conduzido mais às práticas de publicações em rede de colaboração, e menos às publicações por *single researcher*. Assim, o reconhecimento da produção científica tende a recair para a comunidade e não para o indivíduo (Bourdieu, 2004; Bucci, 2004; Gibbons *et al.*, 1997).

Por outro lado, a utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação na área da ciência tem possibilitado redes de colaboração entre pesquisadores de diferentes países, fazendo com que as limitações antes impostas pela distância e fronteiras geográficas deixem de ser obstáculos (Bomfá; Castro, 2004; Garcia; Subtil, 2021). Essa tendência colaborativa também se verifica nas associações científicas que integram, entre seus membros, pesquisadores de várias nacionalidades. Essa prática tem sido, inclusive, encorajada por agências que financiam projetos de pesquisa, em todo o mundo (Rego, 2007). Dessa forma, a colaboração científica é um fator de captação de investimento, mas também de qualidade na investigação e, consequentemente, um elemento que impulsiona a ascensão das universidades nos *rankings* internacionais (Heitor, 2015).

Sem dúvidas, o financiamento à pesquisa científica contribui para o desenvolvimento das universidades. Esse financiamento justifica-se também pelo fato de as universidades desempenharem um papel fundamental na formação contínua de profissionais de diferentes áreas, incluindo os docentes universitários. No tocante aos docentes do ensino superior, o seu

processo de formação exige um protagonismo diferenciado, considerando que se tornam formandos e formadores, alguns deles, de forma simultânea (Almeida; Dantas; Santos, 2024).

Nesse sentido, “a formação continuada de professores supõe envolvimento, responsabilização, iniciativa, engajamento e implica que os professores trabalhem com seus colegas no próprio desenvolvimento profissional, em uma perspectiva de ação coletiva” (Almeida; Dantas; Santos, 2024, p. 4). O engajamento e a responsabilização conduzem às reconfigurações dos papéis do profissional, aglutinados nas figuras do aluno, do docente e do investigador. Essas reconfigurações dão lugar a novas identidades, como por exemplo a de autor, quando publica a sua produção científica (Almeida; Dantas; Santos, 2024).

Em Angola, a pesquisa científica é imprescindível para a progressão na carreira de docentes universitários (Junqueira *et al.*, 2014). No entanto, o investimento que se destina a esta atividade ainda é incipiente (Daniel; Valentin, 2019). Por isso, são necessárias políticas específicas para o setor da ciência e tecnologia e a garantia de rubricas orçamentais próprias, além de legislação apropriada e iniciativas de divulgação científica (Saraiva; Delicado; Bastos, 2008).

No contexto de Angola, alguns estudos já realizados centram-se na quantidade de publicações científicas em centros de investigação científica (UNIAO, 2024), no perfil das revistas científicas eletrônicas (Bandeira; Araújo, 2023), nos repositórios digitais de produção científica (Gonçalves, 2024), nos sistemas de avaliação da ciência (Sousa, 2020), nas políticas de ciência aberta (Gungula; Artigas; Faustino, 2020), índice de produção científica de docentes do Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo (Sousa; Rodrigues; Pedro, 2018), entre outros. Contudo, a situação do financiamento à pesquisa científica e o *status* das práticas de docentes e pesquisadores do Namibe permanece relativamente ignorada. Nessa direção, este artigo pretende contribuir com a análise da produção científica de docentes da Universidade do Namibe (UNINBE) e do Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo do Namibe, tendo por objetivo analisar a situação do financiamento à pesquisa e as práticas dos docentes naquelas instituições da província do Namibe.

Deste modo, o artigo explora as políticas de investigação e apresenta um mapeamento sobre a pesquisa e publicação científica dos referidos docentes. A partir daí, procede a uma análise descritiva dos processos de pesquisa, publicação e apropriação do conhecimento, com base no ponto de vista dos participantes da pesquisa.

2 POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO À PESQUISA CIENTÍFICA EM ANGOLA

O ensino superior em Angola, que na época era uma colônia portuguesa, foi instituído somente em 1962, com o estabelecimento dos Estudos Gerais Universitários de Angola (Correia; Daniel; Santos, 2023). Antes disso, a Igreja Católica havia criado, em 1958, seu Seminário que oferecia formação de nível superior nas cidades de Luanda e Huambo (Carvalho, 2012). Após a fundação dos Estudos Gerais Universitários de Angola, foram implementados cursos acadêmicos em diferentes localidades: Luanda recebeu os cursos de medicina, ciências e engenharias; Huambo foi designado para cursos de agronomia e veterinária; e Lubango oferecia formação em letras, geografia e pedagogia (Bandeira, 2023; Carvalho, 2012).

A partir de 1968, os Estudos Gerais Universitários de Angola passaram a ser conhecidos como Universidade de Luanda, e em 1969 ocorreu a inauguração do Hospital Universitário de Luanda. Adicionalmente, em 1962, a Igreja Católica também estabeleceu o Instituto Pio XII, com o objetivo específico de capacitar indivíduos na área de assistência social. Esse desenvolvimento marcou uma etapa inicial da estruturação do ensino superior no contexto angolano (Bandeira, 2023; Carvalho, 2012).

Em 2015, havia 38 Instituições de Ensino Superior (ensino particular). A par destas, o Governo angolano criou, em 2020, 11 (onze) Universidades públicas, por meio do Decreto Presidencial n.º 285/20, de 29 de outubro (Angola, 2020b). Todavia, os mecanismos de financiamento da pesquisa não tiveram o mesmo desenvolvimento que o teve o ensino superior, considerando que a estratégia nacional de financiamento à pesquisa científica só começou a ganhar rumos diferentes, a partir do ano de 2021, com a criação da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECIT), por meio do Decreto Presidencial n.º 178/21, de 16 de Julho (Angola, 2021).

A FUNDECIT é uma pessoa coletiva de direito público, com a natureza jurídica de Instituto Público, classificada como uma Fundação Pública, dotada de personalidade jurídica e gozando de autonomias administrativa, financeira e patrimonial, que atua no âmbito da ciência, tecnologia e inovação (Angola, 2021). Sua principal missão é implementar as políticas de ciência, tecnologia e inovação e gerir os meios financeiros do Orçamento Geral do Estado (OGE) destinados à investigação científica e desenvolvimento, incluindo os que resultarem da mobilização ou captação de recursos extra-OGE para o financiamento, de forma mais efetiva, das atividades de investigação científica e desenvolvimento (Angola, 2021).

Além disso, à FUNDECIT cabe a tarefa de proceder à avaliação e acreditação das instituições que se dedicam à pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico no País (Angola, 2021).

Com efeito, o fomento do sistema científico nacional, financiado diretamente com recursos provenientes do OGE, nem sempre alcança o setor privado. Por conseguinte, a participação das instituições universitárias privadas na produção científica nacional é limitada, além de que suas operações são primariamente orientadas por objetivos econômicos, com os quais a pesquisa científica nem sempre converge (Simões *et al.*, 2016).

Em Angola, o estatuto da carreira de investigador científico foi aprovado em 2019, por meio do Decreto Presidencial n.º 109/19, de 2 de Abril (Angola, 2019). No mesmo Decreto, consta que a investigação científica constitui um dos pressupostos importantes para o desenvolvimento socioeconómico do País. Além disso, este diploma legal sublinha a importância da integração de equipas regionais e internacionais de pesquisa científica, com objetivo de contribuir para o desenvolvimento tecnológico e para a inovação. Portanto, a integração entre ensino e pesquisa surge como um desafio crucial. Diminuir essa distância é essencial para converter a prática científica numa alavanca para o desenvolvimento nacional (Daniel; Valentim, 2019).

7

2.1 Definição de apropriação do conhecimento e publicação científica em Angola

As primeiras publicações em periódicos científicos no mundo, datam de janeiro (na França) e março (na Inglaterra) de 1665 (Bandeira; Araújo, 2023; Sousa, *et al.*, 2018). De 1665 aos nossos dias, houve o aumento exponencial do número de artigos científicos publicados, em todo o mundo. O aumento de publicações tem sido ainda maior, desde a década de 1990, com a popularização da *Internet* (Volpato, 2015).

Contudo, as universidades africanas, a sul do Sahara, ainda atravessam muitas dificuldades na garantia da qualidade da pesquisa e inovação científica. Em termos numéricos, o contexto da África subsaariana destaca a África do Sul. Assim, este país, no ano de 2015 contou com um total de 131.749 investigações realizadas, 1.503.098 citações e um fator de impacto de 11,4 no mundo (Sousa *et al.*, 2018).

Para o caso de Angola, no período entre 2005 e 2014 as publicações foram ainda muito reduzidas, em comparação com a África do Sul, por exemplo, que é um país da mesma região (Costa, 2017). Relativamente a Angola, este fato por ser explicado por razões históricas, considerando que o desenvolvimento das instituições dedicadas à pesquisa

científica e apostas na educação têm sido reféns de contextos políticos adversos. Outro fator que pode ser apontado como causa do baixo número de publicações científicas é a incipiência dos cursos de pós-graduação, o que limita as habilidades requeridas para a pesquisa científica em grande escala, conforme constata Simões *et al.* (2016).

Aos fatores mencionados, somam-se as práticas de arquivamento em formato impresso dos Trabalhos de Conclusão de Curso, em grande medida, decorrente da inexistência de Repositórios de Teses e Dissertações, como demonstra (Gonçalves, 2024). Este cenário dificulta a visibilidade da produção científica, por um lado, e evidencia a falta de habilidades e competências científicas que permitam transformar essa produção científica em publicações como, por exemplo, artigos científicos.

Apesar disso, entre 1995 e 2013, houve aumento da produção científica angolana, na ordem de 18,8% (Sousa *et al.*, 2018), e entre 2007 e 2016, na ordem de 20% (Costa, 2017), o que pode ser explicado pelo fato de que quase todas as revistas científicas eletrônicas de Angola foram criadas, a partir do ano 2000 e estão concentradas maioritariamente na província de Luanda (Bandeira; Araújo, 2023).

Assim, em Luanda encontram-se as revistas *Sapientiae*, da Universidade Óscar Ribas; *Lucere*, da Universidade Católica; *Mulemba* – Revista Angolana de Ciências Sociais, da Universidade Agostinho Neto; a RAS - Revista Angolana de Sociologia, da Associação Angolana de Sociologia; e a Revista Olhar Científico, do Instituto Superior Politécnico Atlântida. Na província do Huambo, encontram-se revistas como a Sol Nascente, ligada ao Instituto Superior Sol Nascente, e a Revista Órbita Pedagógica, do Instituto Superior de Ciências da Educação. Já na província da Huíla, há a *Mandume*: Revista de Estudos Multidisciplinares, da Universidade *Mandume Ya Ndemufayo*; a Revista Científica do Instituto Superior de Ciências da Educação; e a *Tundavala* – Revista Angolana de Ciências, vinculada ao Instituto Superior Politécnico Tundavala. Sendo as mesmas revistas científicas de criação relativamente recente, ainda apresentam grandes desafios, entre os quais a necessidade de indexação em bases de dados de grande impacto internacional (Costa, 2017).

A atividade de publicar, a partir de pesquisas já realizadas, é importante porque está relacionada com o cumprimento do dever do pesquisador de ir além dos *status* de um simples receptor de conhecimentos produzidos por instituições sacralizadas (Costa; Lopes; Caetano, 2014; Massarani, 2012). Aqui, ganha igualmente pertinência o processo de apropriação social do conhecimento científico, o qual deixa de ser apenas para um grupo restrito e passa a

abranger a todos aqueles que se interessam pela referida apropriação, seja para fins de produção de conhecimento científico, seja para outros fins (Hayashi; Sousa; Rothberg, 2011).

Para permanecerem ativos, os pesquisadores angolanos tendem a adotar o princípio de que publicar é essencial para dar a conhecer a sua contribuição à ciência. A expressão “publique ou pereça” resume bem a importância de divulgar pesquisas no âmbito da comunidade científica, permitindo que sua relevância para o avanço do conhecimento seja avaliada. Além disso, as publicações funcionam como um indicador da atuação do pesquisador em áreas específicas do saber (Furnival; Hubbard, 2011).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota um delineamento descritivo de natureza predominantemente quantitativa (Bryman, 2012; Creswell, 2018). Partiu-se do pressuposto de que a mensuração objetiva de percepções docentes pode oferecer um retrato confiável das práticas de pesquisa e publicação, na província do Namibe, Angola.

A população-alvo compreendeu todos os docentes em exercício nas quatro Faculdades da Universidade do Namibe e no Instituto Superior Gregório Semedo, também da província do Namibe. Seguindo os procedimentos apontados por Ghiglione e Matalon (1995), sobre garantia da representatividade, foi empregada amostragem probabilística sistemática em cada Faculdade e também no Instituto. Em listas ordenadas alfabeticamente, selecionou-se cada terceiro nome, sorteio que gerou 60 potenciais participantes, tendo sido um número superior ao necessário para compensar recusas. Após as desistências, compôs-se a amostra final de 54 docentes, garantindo probabilidade de seleção igual para todos os integrantes.

Para a coleta de dados, elaborou-se um questionário estruturado na plataforma *Google Forms*, composto por questões fechadas em escala *Likert* e *itens* sociodemográficos. O instrumento foi validado por três especialistas em métodos quantitativos, que verificaram clareza, pertinência e consistência interna. Em virtude dos recursos da plataforma, as respostas foram agregadas automaticamente, o que ajudou a reduzir a manipulação manual dos dados e também contribuiu para a fidedignidade dos registros.

A aplicação do questionário ocorreu entre os meses de outubro e novembro de 2022. Cada participante recebeu, por *e-mail* institucional, um convite contendo o *link* para o questionário, uma explicação dos objetivos do estudo e o termo de consentimento livre e esclarecido. O sistema registrou uma resposta por endereço eletrônico, evitando duplicidades.

O período de resposta permaneceu aberto por quatro semanas, com dois lembretes automáticos enviados após o sétimo e o décimo quarto dia.

Concluída a coleta, os dados foram exportados do *Google Forms* para o *Microsoft Excel* e, em seguida, analisados no *IBM SPSS 25*. Realizou-se estatística descritiva (frequências, médias, desvios-padrão) para caracterizar o perfil dos docentes e sintetizar as principais variáveis investigadas. Resultados foram apresentados em tabelas e gráficos, respeitando as boas práticas de apresentação quantitativa.

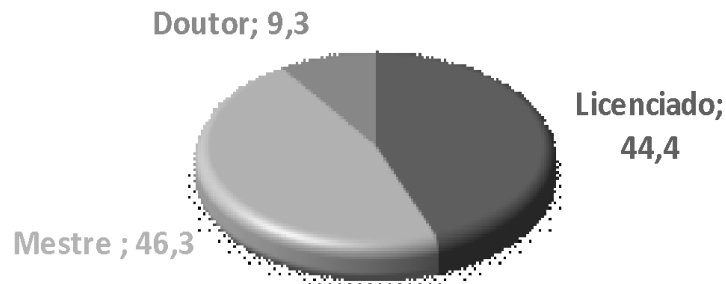
O modelo de respostas anônimas disponibilizado pelo *Google Forms* impediu a identificação dos participantes, preservando a confidencialidade. A participação foi voluntária, com o consentimento de cada docente, sem qualquer incentivo financeiro, e os participantes puderam desistir a qualquer momento sem prejuízo profissional.

À época da pesquisa, a investigação científica na província era conduzida exclusivamente por docentes, inexistindo carreira formal de pesquisador. Consequentemente, a disponibilidade de tempo dos respondentes variou, o que pode ter influenciado a profundidade de algumas respostas. Devido ao vínculo de alguns autores com a instituição onde os dados foram coletados, optou-se por uma plataforma digital para a aplicação dos questionários. Essa abordagem *online* assegurou o anonimato, permitindo que os participantes respondessem de forma mais livre e segura, após concordarem voluntariamente com um termo de consentimento informado que detalhou todo o processo, o que tornou os achados robustos dentro do contexto analisado.

O Plano de Gestão de Dados (PGD), elaborado em conformidade com as diretrizes da Associação Portuguesa de Sociologia (APS), norteou todo o ciclo de vida dos dados. As informações foram armazenadas em um disco externo criptografado, com acesso exclusivo aos autores, que são os responsáveis pela sua gestão. A análise foi realizada de maneira agregada, comparando grupos de respondentes sem qualquer identificação individual, garantindo assim a total confidencialidade e o anonimato dos participantes.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Gráfico 1 – Distribuição dos docentes da amostra segundo o grau acadêmico



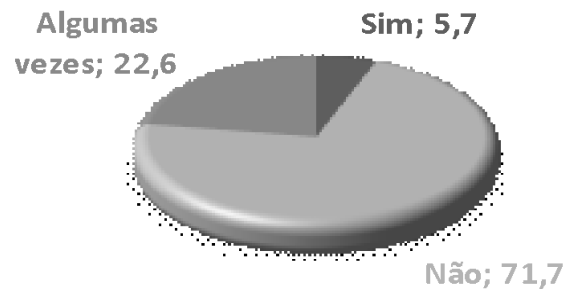
Fonte: elaborado pelos autores.

Esse baixo número de doutores constitui um contexto ilustrativo para compreender os desafios da pesquisa científica na província do Namibe, considerando que a formação no nível de doutorado agrega experiências de apropriação de conhecimento e de pesquisa, que os docentes podem capitalizar durante a sua carreira. Ao ter um número reduzido de doutores, as referidas instituições encontram-se em desvantagem, no que diz respeito aos quadros altamente qualificados para o desenvolvimento de projetos de pesquisas científicas.

Resultados semelhantes foram encontrados por Filho (2020), em sua tese de doutorado. Nessa pesquisa, o autor analisou dados recolhidos junto dos estudantes e professores da Região Acadêmica I (Universidade Agostinho Neto, Universidade Óscar Ribas, Instituto Superior Kalandula de Angola e Instituto Superior de Serviço Social) e da Região Acadêmica VII (Universidade Kimpa Vita e a Escola Superior Pedagógica do Kwanza Norte) e concluiu que, em relação ao grau acadêmico dos docentes, apenas 2,6% eram doutores, enquanto 53,8% e 43,6% eram licenciados em mestres, respectivamente.

Outrossim, a falta de financiamento ainda é o principal obstáculo à realização da pesquisa científica. O Gráfico 2 mostra que um total de 71,7% dos docentes afirma que o tema do financiamento a projetos de pesquisa sequer é discutido em suas instituições e apenas 5,7% relatam a existência de algum tipo de verba para este fim.

Gráfico 2 – Financiamento aos projetos de pesquisa

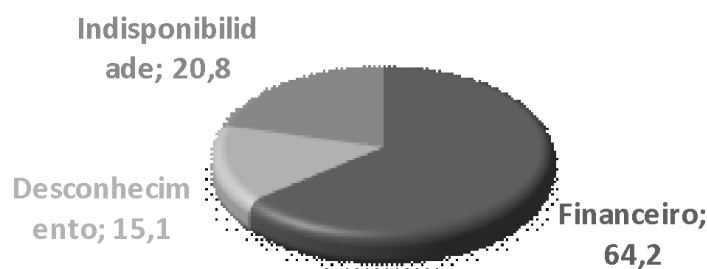


Fonte: elaborado pelos autores.

Tal como anteriormente referido, o financiamento à pesquisa científica só começou a ganhar rumos diferentes, a partir do ano de 2021, com a criação da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECIT), por meio do Decreto Presidencial n.º 178/21, de 16 de Julho (Angola, 2021). Mas o Gráfico 2 vem mostrar que a situação de falta de financiamento, enquanto obstáculo para o desenvolvimento da pesquisa científica, permanece viva na província do Namibe. Dados semelhantes foram encontrados por Gungula, Artigas e Faustino (2020), ao constatarem que o financiamento à pesquisa científica em Angola é irrisório.

Ainda relacionado com os obstáculos ao desenvolvimento da pesquisa científica, o Gráfico 3 mostra que essa carência de recursos é apontada pela maioria (64,2%) dos respondentes como o principal motivo pelo qual não se realiza pesquisa, seguida pela falta de tempo (20,8%) e, de forma preocupante, pelo desconhecimento sobre a relevância de publicar artigos científicos (15,1%). Mais uma vez, evidencia-se que apesar da iniciativa governamental de criar a FUNDECIT em 2021, a carência de financiamento permanece como um obstáculo para o desenvolvimento da pesquisa científica na província do Namibe, uma realidade confirmada tanto pelos dados apresentados quanto por estudos anteriores. A situação é agravada por desafios adicionais, como a falta de tempo dos pesquisadores e um preocupante desconhecimento sobre a relevância de publicar artigos, fatores que, em conjunto, comprometem severamente o avanço científico naquela província.

Gráfico 3 – Obstáculos à realização de pesquisa científica



Fonte: elaborado pelos autores.

No entanto, o cenário de baixo apoio institucional não anula o fato de alguns pesquisadores seguirem publicando, muitas vezes, arcando com as despesas decorrentes do processo de pesquisa científica. O Gráfico 4 mostra que 70,4% realizam pesquisas de forma independente e por sua própria iniciativa, ao passo que apenas 29,6% não realiza pesquisa por iniciativa própria. Isso mostra a vontade de docentes que, apesar do reduzido número de doutores e do quase inexistente financiamento à pesquisa científica naquela província, desenvolvem pesquisa.

13

Gráfico 4 – Iniciativas independentes de pesquisa científica



Fonte: elaborado pelos autores.

As iniciativas individuais de pesquisa são vistas como resultado da falta de apoio (principalmente financeiro) das instituições a que os pesquisadores estão vinculados. Por sua vez, estas instituições muitas vezes não têm projetos institucionais de pesquisa, também por falta de verbas que poderiam advir do Orçamento Geral do Estado para esse fim (Gungula;

Artigas; Faustino, 2020). A pesquisa a solo tem sido indiretamente assumida e chancelada pelo Governo de Angola, nomeadamente, por meio de Editais que visam atribuir prêmio nacional de ciência, que consideram as iniciativas particulares e individuais de trabalhos científicos a premiação, a exemplo da segunda edição (2025) do Prémio Nacional de Ciência e Inovação (disponível em: <https://ciencia.ao/pnci2025/>).

Contudo, há que referir que a prática de pesquisa científica individual e isolada tem vindo a ser desencorajada, mundialmente. Agências vocacionadas ao apoio à pesquisa tendem a incentivar não só a pesquisa em grupos, mas também as colaborações entre pesquisadores de várias regiões ou países (Bucci, 2004; Gibbons *et al.*, 1997; Merton, 2013). Ao manifestar uma tendência contrária, os docentes participantes desta pesquisa podem enfrentar dificuldades na obtenção de financiamento à pesquisa, principalmente de agências internacionais de fomento à pesquisa.

O Gráfico 5 apresenta dados sobre a experiência de publicação dos professores que participaram da pesquisa. Os resultados indicam que 66,7% deles nunca publicaram artigos em periódicos científicos, enquanto somente 33,3% já publicaram ao menos um artigo nesse tipo de revista.

14

Gráfico 5 - Experiência de publicação dos docentes



Fonte: elaborado pelos autores.

Os dados apresentados no Gráfico 5 reforçam as observações anteriormente feitas. O fato de 66,7% dos respondentes não terem sequer um artigo científico publicado, pode estar associado ao fato de que as exigências de publicação de artigos científicos e seu impacto na progressão da carreira docente serem recentes, tendo sido introduzidas pelo Decreto Presidencial n.º 121/20, de 27 de abril, que aprova o Regulamento de Avaliação do

Desempenho do Docente do Subsistema de Ensino Superior (Angola, 2020a). Os achados apresentados no Gráfico 5 também estão em consonância com os dados apresentados por Bandeira (2021), ao evidenciar que a maioria dos docentes do Instituto Superior de Ciências da Saúde da Universidade Agostinho Neto (ISCISA-UAN), não teve trabalhos publicados no período compreendido entre os anos 2019 e 2020.

5 CONCLUSÃO

Considera-se que o financiamento à pesquisa científica na província do Namibe ainda é insuficiente, mesmo após a criação de instituições como a FUNDECIT em 2021. A maioria dos docentes pesquisados relatou nunca ter recebido apoio financeiro para desenvolver seus estudos, o que demonstra que o financiamento à investigação científica ainda não satisfaz as necessidades de produção e publicação científicas. Por outro lado, a quase inexistente falta de financiamento limita significativamente as possibilidades de produção científica, afetando a visibilidade e o desenvolvimento do conhecimento local, além de comprometer o avanço das carreiras dos docentes e a qualidade das instituições de ensino superior na província.

Outro aspecto refere-se às práticas de pesquisa dos docentes, que muitas vezes ocorrem de forma isolada, por iniciativa própria e às suas próprias custas, devido à escassez de recursos. Além disso, observou-se um baixo índice de publicações em periódicos científicos, resultantes das dificuldades tanto na produção quanto na divulgação do conhecimento produzido. Essa situação revela a necessidade de reforço das estratégias que promovam uma maior valorização da pesquisa, incluindo políticas de incentivo à pesquisa e de formação do pessoal docente das Instituições de Ensino Superior.

Portanto, para que se possa aumentar a quantidade e a qualidade da produção científica no Namibe, é imprescindível que haja investimentos mais consistentes por parte do Governo e de outras Agências (nacionais ou internacionais) vocacionadas ao fomento da pesquisa científica. Políticas específicas que garantam recursos continuados, formação de pesquisadores qualificados e a disseminação do conhecimento são necessárias para superação dos obstáculos atualmente enfrentados pelos docentes do Namibe e, de um modo geral, pelos docentes universitários de Angola.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, V.; DANTAS, T.; SANTOS, C. Formação continuada de professores nos espaços e tempos do cotidiano escolar. **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 46, n. 92, jan./dez. 2024.
- ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 109/19, de 2 de abril de 2019. **Diário da República**, I Série, n. 45, 2 abr. 2019.
- ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 124/20, de 4 de maio de 2020. **Diário da República**, I Série, n. 60, 4 maio 2020.
- ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 178/21, de 16 de julho de 2021. **Diário da República**, I Série, n. 133, 16 jul. 2021.
- ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 285/20, de 29 de outubro de 2020. **Diário da República**, I Série, n. 173, 29 out. 2020.
- BANDEIRA, V. **Estágio supervisionado em Serviço Social**: experiências de um estagiário no Pavilhão de Artes e Ofícios do Benfica em Luanda-Angola. Luanda: Novas Edições Acadêmicas, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14250927>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- BANDEIRA, V. Investigação em saúde: produção científica de docentes do ISCISA-UAN em tempos de pandemia. **RevSALUS – Revista Científica Internacional da RACS**, supl. 3, p. 56, 2021. Disponível em: <https://revsalus.com/index.php/RevSALUS/issue/view/11>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- BANDEIRA, V.; ARAÚJO, P. C. Perfil das revistas científicas eletrônicas de Angola. **Revista Angolana de Ciências**, v. 5, n. 2, e050205, 2023. DOI: <https://doi.org/10.54580/R0502.05>. Disponível em: <https://publicacoes.scientia.co.ao/ojs/index.php/rac/article/view/5>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- BOMFÁ, C. R. Z.; CASTRO, J. E. Desenvolvimento de revistas científicas em mídia digital: o caso da Revista Produção Online. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p. 39-48, maio/ago. 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BRYMAN, Alan. **Social research methods**. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- BUCCHI, Massimiano. **Science in society**. New York: Routledge, 2004.

CARAÇA, João. Os perfis da investigação científica em Portugal: um retrato da rigidez universitária. **Análise Social**, Lisboa, v. 36, n. 160, p. 961-965, 2001.

CARVALHO, P. Evolução e crescimento do ensino superior em Angola. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 9, p. 51-58, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/ras.422>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ras/422>. Acesso em: 8 jul. 2025.

CORREIA, G. R.; DANIEL, H. F.; SANTOS, A. P. S. Da prática à cultura de leitura: estudo introspectivo junto dos docentes do ensino superior no Namibe (Angola). **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 45, n. 90, jan./ago. 2023.

COSTA, A. **Produção científica em Angola**: análise bibliométrica na Web of Science. 2017. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2017.

COSTA, A. F.; ÁVILA, P.; MATEUS, S. **Públicos da ciência em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 2002.

COSTA, A. F.; LOPES, J. T.; CAETANO, A. (org.). **Percursos dos estudantes do ensino superior**. Lisboa: Mundos Sociais, 2014.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 5. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2018.

DANIEL, N.; VALENTIM, M. A investigação científica nas instituições do ensino superior privadas de Angola como geradora de inovação. In: **CONFERÊNCIA FORGES**, 9., 2019, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Universidade de Brasília; Instituto Federal de Brasília, 2019.

FILHO, J. M. C. **O perfil do docente universitário em Angola no século XXI**: suas perspectivas e desafios: um estudo exploratório em torno de concepções e de práticas. 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) — Universidade de Évora, Évora, Portugal, 2020.

FURNIVAL, Ariadne Chloe; HUBBARD, Bill. Acesso aberto às publicações científicas: vantagens, políticas e *advocacy*. **CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 160-177, jul./dez. 2011.

GARCIA, José Luís; SUBTIL, Filipa. O processo de tecnologização e mediatização da comunicação e a sua dialéctica negativa. **NORUS – Novos Rumos Sociológicos**, v. 9, n. 15, p. 90-144, jan./jul. 2021.

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin. **O inquérito**: teoria e prática. Oeiras: Celta, 1995.

GIBBONS, Michael *et al.* **The new production of knowledge**: the dynamics of science and research in contemporary societies. London: SAGE Publications, 1994.

GONÇALVES, L. I. **Repositórios digitais**: o papel do acesso aberto, da comunicação científica e da gestão da informação na visibilidade da produção científica angolana. 2024. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) — Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Curitiba, 2024.

GUNGULA, Euclides W.; ARTIGAS, Walter; FAUSTINO, A. La difusión de la ciencia en Angola a través de revistas científicas: una alternativa de mejoramiento del proceso investigativo. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v. 30, n. 2, p. 357-377, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5209/rgid.72812>. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/72812>. Acesso em: 24 jul. 2024.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; SOUSA, Maria; ROTHBERG, Danilo (org.). **Apropriação social da ciência e da tecnologia**: contribuições para uma agenda. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 8 jul. 2025.

HEITOR, Manuel. Ciência e conhecimento na modernização de Portugal. In: RODRIGUES, Maria de Lurdes; HEITOR, Manuel (org.). **40 anos de políticas de ciência e de ensino superior**. Oeiras: Celta Editora, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Angola). **Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação – 2014**. Luanda: INE, 2016.

JUNQUEIRA, Luís *et al.* Participação associativa dos investigadores científicos em Portugal. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 27, p. 67-88, 2014.

MASSARANI, Luisa. Comunicação da ciência e apropriação social da ciência: algumas reflexões sobre o caso do Brasil. **Uni-pluri/versidad**, Medellín, v. 12, n. 3, 2012.

MERTON, Robert K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Editora 34, 2013.

PRÍNCIPE, Pedro; MOURA, Paulo; VIEIRA, Alexandre; PEREIRA, Filipe. **Relatório técnico sobre ferramentas para a elaboração de planos de gestão de dados**. Lisboa: RCAAP, 2020. Disponível em: <http://www.apis.ics.ulisboa.pt/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

REGO, Raquel. **Dirigentes associativos**: envolvimento e profissionalização. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa; Université des Sciences et Technologies de Lille, Lille, 2007.

SARAIWA, Tiago; DELICADO, Ana; BASTOS, Cristiana. **Configurações da investigação científica em Portugal**: três estudos de caso. 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/256493215>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SIMÕES, C. *et al.* Ensino superior em Angola: desafios e oportunidades ao nível institucional. **Revista FORGES – Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa**, v. 3, n. 1, p. 79-102, 2016.

SOUSA, J. B. *et al.* Índice de produção científica dos docentes do Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo. **Telos: Revista de Estudios Interdisciplinarios en Ciencias Sociales**, Maracaibo, v. 20, n. 3, p. 450-467, 2018.

UNIAO. **Programa de Apoio ao Ensino Superior**. Instituições de investigação científica e desenvolvimento e a sua relação com as instituições de ensino superior. Luanda: Programa UNIAO, 2024. Disponível em: <https://ciencia.ao/images/noticias/Docs/RELATORIOuniaocentrosdeinvestigacao.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2025.

VOLPATO, Gilson Luiz. O método lógico para redação científica. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

Recebido em: 29 jan. 2026.
Aceito em: 12 maio 2026.